



III FÓRUM DE  
EDUCAÇÃO  
Região Metropolitana  
do Vale do Paraíba

III CONISE  
III Congresso Internacional  
Salesiano de Educação



4º Seminário  
PIBID

Direitos Humanos e Formação de Professores:  
tensões, desafios e propostas

23/24/25  
OUTUBRO/2017

UNISAL  
LORENA

## O ENVELHECIMENTO DA SOCIEDADE E O COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

### THE AGING OF SOCIETY AND THE UNIVERSITY'S SOCIAL COMMITMENT

Ana Maria Viola de Sousa

Pós-Doutora em Direitos Humanos em Democracia-Universidade Coimbra-Portugal  
Doutora em Direito das Relações Sociais- Direito Civil - PUC/SP  
Professora e Pesquisadora em Direito: UNISAL1, UNIVAP2 e UNIP3, Advogada.

Felipe Marquette de Sousa

Mestrando em Direito, pelo UNISAL/Lorena-SP, Graduado em Direito pela  
UNIVAP/S.J.Campos. Advogado.

**Eixo Temático: Compromisso social da universidade: infância, juventudes e terceira idade - Universalização de Direitos em um contexto de desigualdades.**

**RESUMO:** Fenômenos complexos e diversificados ocorrem na sociedade transformando o espaço social numa arena de desafios a todos os segmentos na obtenção de respostas adequadas e significativas à população. Da Universidade também se exige a adoção de estratégias inovadoras na tomada de consciência de sua dimensão e importância nesse novo marco social. Com base em pesquisas bibliográfica e documental aliadas às experiências pessoais de docência, tem o presente trabalho o objetivo de analisar o compromisso social da Universidade em prol dos idosos numa sociedade caracterizada pelo envelhecimento e diversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade; compromisso social; idoso; sociedade

**ABSTRACT:** Complex and diversified phenomena occur in society, transforming social space into an arena of challenges for all segments in order to obtain adequate and meaningful responses to the population. It is also required that the University adopts innovative strategies in the awareness of its dimension and importance in this new social framework. Based on bibliographical and documentary research, allied to the personal experiences of teaching, this paper aims to analyze the social commitment of the University for the elderly in a society characterized by aging and diversity.

<sup>1</sup> UNISAL – Universidade Salesiana de Lorena - SP

<sup>2</sup> UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba – São José dos Campos - SP

<sup>3</sup> UNIP – Universidade Paulista – São José dos Campos - SP

**KEYWORDS:** University; Social Commitment; Elderly; Society

## 1. Introdução

É notório o reconhecimento de que formas sociais emergentes convivem em contínua tensão com as concepções pré-existentes, criando contextos de transição diversificados tornando a sociedade um espaço em constante ebulição. Na modernidade atual são comuns aspectos como a revolução digital, a velocidade com que as informações levam os conhecimentos rapidamente à obsolescência, o fenômeno da globalização que encurta distâncias, o surgimento de novas formas de organização social, econômica e política, a existência de crises conjunturais, entre outros, e em especial o envelhecimento da sociedade. São todos fenômenos complexos que se inter-relacionam e transformam o espaço social moderno numa arena de desafios a todos os segmentos na obtenção de respostas adequadas e significativas para essa nova realidade. A área educacional, por óbvio, não pode ficar alheia a essa dinâmica, exigindo-se a adoção de novas configurações, de expansão e diversificação, de democratização e responsabilização, buscando inovação em sua atuação e gestão. De modo especial, na Educação Superior, exige-se uma tomada de consciência de sua dimensão e importância ante esse novo marco social. Espera-se das instituições de ensino superior a geração de respostas de qualidade, adequada e eficaz para a superação de obstáculos.

O mundo globalizado produz ilimitados impactos nas comunidades locais, modificando sua paisagem vista de todos os ângulos: física, social, econômica, política, geográfica, humana, cultural e científica, exigindo de todos os atores humanos e instituições, o desenvolvimento de estratégias criativas de saber para aprimorar seu modo de entender e interpretar os diferentes fenômenos orientadas por uma ética pessoal e profissional, tão necessária atualmente.

Fundamentado em pesquisas bibliográfica e documental e, de forma especial, as experiências pessoais adquiridas ao longo do período de docência, este trabalho tem por objetivo analisar o compromisso social da universidade numa sociedade envelhescente, particularmente no Unisal (Lorena-SP), no qual tenho a honra de exercer a docência. Para melhor compreensão, inicialmente serão enfocados os principais objetivos da Universidade; em seguida, explanam-se sobre o significado e o alcance do compromisso social da universidade; em terceiro, uma pincelada na sociedade envelhecida e os direitos dos idosos

nesse complexo espaço social; e, a final, analisam-se as relações entre os primados da função social da instituição e as atividades desenvolvidas em prol do grupo de idosos.

## 2. Objetivos das Universidades

Reconhecem-se como missões das Universidades o ensino e a pesquisa. Uma terceira missão é a sua relação com a sociedade. Relação que se mede pela promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural da sociedade. Desse modo, a Universidade não fica adstrita apenas a gerar o saber que esteja relacionado com a verdade (base para a construção do conhecimento), a justiça (amparo ao relacionamento humano), a igualdade (alcançar a estabilidade social) (COLOSSI; CONSENTINO; QUEIROZ, 2001, p. 49), mas também marcar sua presença ativa na sociedade como instrumento gerador de opinião e crítica, introduzindo elementos de reflexão ao debate social e assumir sua responsabilidade social (ANDRÉS, 2001, p. 4).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito social (art. 6º), um direito fundamental, portanto. Isto significa que é um direito dirigido a todas as pessoas que compõem a sociedade, ancorado na democracia, norteador pelo princípio da igualdade e dignidade. E por ser considerado um direito social é também um bem público, cuja finalidade essencial é a formação de sujeitos cidadãos responsáveis numa sociedade democrática (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 109).

No que se refere especificamente à educação superior, as universidades no Brasil, seguem adotando as seguintes linhas: o ensino, a pesquisa e a extensão. Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9.394, de 20 e dezembro de 1996, estabelece no art. 43, que a educação superior tem por finalidade:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Rosa (2014, p. 237-238) analisa que a educação superior no Brasil passou por diversas reformas, mas estas sempre se apresentaram como ferramentas para o desenvolvimento econômico, direcionando o ensino a atender o mercado, com predominância nos critérios utilitaristas, em detrimento ao aspecto social (COLOSSI, CONSENTINO; QUEIROZ, 2001, p. 51). No mesmo sentido Morosini (2014, p. 386) argumenta que no modelo tradicional o ensino era voltado à ciência e tecnologia, orientando-se para o desenvolvimento científico, tendo como maior preocupação o financiamento das atividades universitárias. Acrescenta a autora, que há uma preocupação do Estado em modernizar o ensino superior, porém as reformas no Brasil foram marcadas pela expansão acelerada, diversificação da política e aumento da privatização (idem, p. 387). Programas governamentais abriram consideráveis vagas no Ensino Superior, seja pela concessão de bolsas de estudo ou pela facilidade de financiamento, aumentando o número de matrículas, de modo que embora o ensino esteja voltado ao mercado econômico, com ênfase ao bem individual do aluno, busca também construir o social. Diversas e rápidas transformações por que passa o mundo também se fazem sentir nas orientações emanadas pelos órgãos internacionais, principalmente a UNICEF, que periodicamente tem realizado Fóruns para o aprimoramento do ensino Superior. Mudanças na orientação foram sentidas, por exemplo, na Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada em Paris em 2008, da qual originou-se a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI - visão e ação. Nesse documento, alguns aspectos podem ser destacados (UNESCO, 2009):

- o reconhecimento de que o ensino superior é um bem público;
- da ocorrência de grande demanda pela educação superior e a existência da diversidade de sistemas, primando pela ampliação do acesso;
- a relevância da educação superior na produção de conhecimento que envolvam aspectos científicos, culturais, econômicos e sociais, tornando-se um veículo na construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado;

- a educação superior deve também contribuir para o desenvolvimento sustentável, a paz, o bem comum e a realização dos direitos humanos e os valores da democracia;
- as instituições devem primar pela qualidade, eficiência, transparência e responsabilidade social, gerando conhecimentos globais, deslocando o foco do local para o global.

Um dos grandes desafios para o ensino superior, na análise de Morosini (2014, p.388) é a questão da qualidade. Qualidade é um termo que traz em sua conotação um conceito aberto e pode estar associado ao conceito de sociedade de conhecimento, ou seja, a universidade é, por excelência o espaço onde a geração de conhecimento objetiva o bem estar da sociedade. Essa autora defende a posição de que a qualidade da educação superior deve estar relacionada com a equidade, embora muitas vezes o termo equidade esteja ligada à igualdade (MOROSINI, 2014, p. 293). Igualdade, não se restringe apenas ao acesso, condições de aprendizagem e à permanência do sistema, mas amplia-se para o exame das estratégias e suportes ofertados ao estudante. Desse modo, a qualidade pela equidade se relaciona com a conclusão de um determinado nível em condições de igualdade com outros sujeitos (idem, p. 396). Pimenta (2016, p. 33) argumenta que a qualidade tem um conceito relacionado ao desenvolvimento industrial como eficiência na produtividade ou a eficácia para atender a satisfação do cliente. Porém, no âmbito educacional a qualidade deve ser vista de modo diferenciado, já que o "produto" da educação é um serviço, o qual é caracterizado pela intangibilidade. Sua proposta repousa na concepção da qualidade social tendo em vista sua relevância para a sociedade (PIMENTA, 2016, p. 37). Nesse sentido, o ensino superior deve ter afinidade com as políticas de coesão e inclusão social, estabelecer uma relação de interdependência entre sistemas educativos, instituições e comunidades, voltada à dimensão social; viabilizar uma educação emancipadora; orientar-se na formação para a solidariedade, a cidadania e na formação de valores éticos (idem, p. 40)

Bertolin (2009, p. 133) diz que a qualidade é um termo flexível e também subjetivo; varia no tempo e no espaço; depende das concepções do mundo e da educação superior de quem o emite. Assim, não há certo ou errado, o importante é encontrar estratégias adequadas para atingir com sucesso a missão e os objetivos propostos para a educação superior.

Em se tratando especificamente do UNISAL<sup>4</sup> - Centro Universitário Salesiano de São Paulo constata-se que, com supedâneo nos valores como *amorevolezza*<sup>5</sup>, diálogo, ética, profissionalismo e solidariedade, destacam-se como missão e visão:

Missão: Contribuir para a formação integral de cidadãos, por meio da produção e difusão não apenas do conhecimento, mas também da cultura e pelas experiências de ação social, num contexto de pluralidade.

Visão: Ser reconhecido como centro de excelência nacional e internacionalmente na produção, sistematização e difusão do conhecimento e na qualidade de serviços prestados à comunidade .

O Centro demonstra claramente sua caracterização como instituição educacional, sustentado por uma doutrina e ideal humanitário, integrante de um sistema comprometido com a promoção do desenvolvimento político, econômico social e cultural.

### 3. Compromisso social das Universidades

A responsabilidade social, expressão de origem empresarial, possui diferentes conotações e pontos de vista. Illanes (2017, p. 16) afirma que existe uma indefinição quanto à origem da expressão, porém, é possível reportar-se inicialmente no âmbito da filantropia empresarial. Somente muito mais tarde é que houve uma associação conceitual entre empresa e sociedade, ou seja, a empresa deveria incorporar em suas metas e resultados os mesmos objetivos e valores defendidos pela sociedade a que estava inserida, de forma que a organização contribua para solução de problemáticas e necessidades sociais (ILLANES, 2017, p. 17). Bolan e Motta (2007, p. 205), alertam, porém, que embora a tendência natural, seja associar o social com a filantropia, as expressões não devem ser confundidas: o assistencialismo expressado por meio de ações ou obras de caráter social, não contribui necessariamente, para solução de problemas sociais, nem tampouco está relacionado com conduta ética responsável; ao contrário de uma conduta guiada pela cidadania, na qual a empresa toma atitudes comprometidas com o desenvolvimento da comunidade, especialmente

---

<sup>4</sup> Disponível em <<http://unisal.br/institucional/quem-somos/missao-visao-e-valores/#sthash.4t8i9FK2.dpuf>> Acesso em 17.junho.2017.

<sup>5</sup> A *amorevolezza* é o elemento chave do sistema educacional de Dom Bosco, cuja palavra possui muitos significados: afeto, benevolência, benignidade, sentimentos de amor, solicitude, compaixão, os quais podem ser traduzidos como virtudes relacionais de atitude ou comportamentos entre as pessoas. Para alguns autores, o termo utilizado na tradição salesiana não é traduzível para o português, ante a abrangência de significado; outros acreditam que *amorevolezza* consiste em amor assistencial e educativo, meio pelo qual se alcança o coração mais indócil, por isso deve ser sentida e praticada. Todos os problemas, erros, correções e punições eram resolvidos à luz de *amorevolezza*.

quando implementa estratégias comportamentais orientadas por preceitos éticos, fundamentado nos direitos humanos (idem, p. 205).

Dominguez Pachón (2009, p. 38) esclarece que a responsabilidade da empresa é também chamada de responsabilidade corporativa, a qual se refere a um conjunto de obrigações e compromissos éticos e legais que derivam dos impactos que a atividade empresarial produz no âmbito social, econômico, trabalhista, meio ambiente, entre outros, favorecendo uma relação mais espontânea entre organização e sociedade. O setor empresarial mundial mostra-se sensível a essa perspectiva, e progressivamente vem adotando essa nova postura responsável, pautando-se inclusive, nos princípios dos direitos humanos e equidade social (BOLAN; MOTTA, 2007, p. 205). Para Gasca-Pliego e Olvera-García (2011, p. 43) a responsabilidade social é algo necessário para a sobrevivência, não só das organizações, mas também de toda a sociedade no seu conjunto e da própria espécie humana. Desse modo, não se limita apenas à quantificação dos impactos, como estabelecido pelo ISO 26000<sup>6</sup>, alcançando também a qualificação, a explicação e a solução desses impactos (idem, p. 44), as quais são desenvolvidas pela ciência. Especificamente no caso da educação superior, sua responsabilidade é ainda mais evidente, considerando que a educação é por excelência aquisição de conhecimento e o mundo é determinado pela ciência (GASCA-PLIEGO; OLVERA-GACÍA, 2011, p. 43). Há assim uma nítida interdependência entre o ensino superior e o seu entorno, isso porque, como afirma De Sordi (2005, p. 32) a educação gera "produtos" - assim entendidos o ensino, a pesquisa e a extensão - socialmente relevantes, de forma que agir com responsabilidade implica compromisso com o outro e com o coletivo.

De forma prática, o setor que mais salta à vista, na questão do social no ensino superior, é o segmento da extensão. É através dessa porta que a educação superior tem contato com a sociedade, promovendo serviços, projetos e programas e atendimentos especializados em prol dos setores mais necessitados. Contudo, adverte Macedo (2005, p. 11) há que ter cuidado quanto à natureza e os limites de atuação. Sem dúvida, as atividades de extensão são instrumentos importantes para melhoria da qualidade de vida da população a que

---

<sup>6</sup> ISO (International Organization for Standardization) 26000, foi publicada em 1º de novembro de 2010 e adotada pelo Brasil em dezembro daquele ano na norma ABNT NBR ISO 26000. Trata-se de uma norma internacional que traça as diretrizes sobre responsabilidade social, fornecendo orientações sobre conceito, termos, definições, características, princípios e práticas de integração, promoção do comportamento, compromisso e desempenho relativos ao tema. Disponível em <[www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade-social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade-social/iso26000.asp)> Acesso em 14.jun.2017.

serve, mas em nome da responsabilidade social, não pode ser interpretado como substituto do Estado em suas políticas públicas. Por ser considerada uma prática acadêmica, a extensão é o meio pelo qual se interliga a instituição de Ensino com as demandas sociais, permitindo a formação de profissionais cidadãos mais próximos da sociedade, tornando a produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais (BOLAN ; MOTTA, 2007, p. 207). É necessário que a extensão não seja mero espaço para prestação de serviços à comunidade, de cunho assistencialista ou filantrópica, mas também que possibilite a que os alunos busquem novos conhecimentos, que sejam capazes de avaliar criticamente a real necessidade social e inovem na solução e superação dos problemas, contribuindo eficazmente na melhoria da qualidade de vida.

Inseridas no contexto social, as universidades são parte do problema que a sociedade apresenta e como integrantes do sistema de produção do conhecimento, devem assumir um papel ativo, com uma gestão social que tenha por finalidade a construção da cidadania, contribuir para desenvolver atitudes e capacidades que permitam aos universitários tomar decisões fundamentadas em benefício próprio e do coletivo (GASCA-PLIEGO; OLVERA-GARCÍA, 2011, p. 49). No plano da extensão universitária, deve incluir não só a promoção e a difusão das conquistas do saber, mas também, e principalmente estabelecer uma relação de reciprocidade com a sociedade, isto é, influenciar a vida da comunidade com criatividade e transferência de conhecimentos, como também deixar-se influenciar pelos acontecimentos sociais e apreender as transformações que ocorrem na sociedade. É no ambiente comunicativo que se permite a construção de um significado mútuo para os novos conhecimentos (COLOSSI; CONSENTINO; QUEIROZ, 2001, p. 55).

Nesse sentido a responsabilidade social é aplicável a todo o sistema educacional, nos processos de ensino, nas atividades de pesquisa científica, na administração da instituição, e não apenas no trato com a sociedade, através da extensão. A promoção do ensino socialmente responsável abarca a formação de indivíduos qualificados, críticos, moralmente competentes, capazes de enfrentar com sabedoria questões éticas, comprometidos socialmente consigo mesmo e com a comunidade. O ensino, ao defender valores sociais da educação, tem foco no sentido de que todos tenham igualdade de oportunidade para desenvolver suas capacidades (GASCA-PLIEGO; OLVERA-GARCÍA, 2011, p. 55). Nesse rumo, novas tendências e correntes pedagógicas estão sendo incorporadas ao ensino superior, como as denominadas



pedagogias ativas, tendências inter, trans e multidisciplinares, competências para a gestão de conhecimento, entre outras. A exploração do conhecimento tendo o aluno como principal centro de atenção é uma das formas de desenvolver o processo de ensino que permite a ele próprio controlar a evolução de sua aprendizagem. Estimular a busca pelo conhecimento sob orientação inter, trans e multidisciplinar corresponde à formação dos alunos como futuros agentes, a capacidade para aplicar o que aprendeu em diferentes situações repletas de inter-relacionamentos. A dinâmica empreendida pela gestão do conhecimento - o conhecimento gerando conhecimento - aliada às estratégias de ação das metodologias ativas constituem ferramentas indispensáveis ao docente para orientar os discentes na construção do conhecimento comprometido com as rápidas mudanças da sociedade. Do mesmo modo, no âmbito da pesquisa universitária também se faz presente a responsabilidade social. As pesquisas em geral demandam custos financeiros e não são raras as dificuldades para obtenção de recursos no aproveitamento intelectual dos universitários. O envolvimento e a participação dos estudantes nas pesquisas científicas estimulam sua autonomia e uma formação orientada para a inclusão social e o respeito à diversidade.

Análises feitas por Bolan e Motta (2007, p. 209) demonstram que a produção científica brasileira ainda é pouco significativa, já que a maioria é realizada no âmbito das Instituições Educacionais, ao contrário de outros países que o fazem sempre em parceria com empresas e institutos de pesquisa. Indicadores de ciência dão conta de que em 2006, todas as produções científicas de projeção internacional oriundas do Brasil, representaram uma contribuição de apenas 1,4% (SÃO PAULO, 2011, cap. 4, p.15). O Ministério da Ciência e Tecnologia afirma que somente no ano de 2012, foram registradas 744 produções científicas, o que representaram 3,9% de contribuição brasileira na produção mundial, e de 46% em relação à América latina<sup>7</sup>. Isso mostra que há um gradativo aumento da produção científica brasileira no cenário mundial, mas ainda inexpressivo quando comparado a países como os Estados Unidos, Japão e Suécia, por exemplo, que ocupam posições de destaque, com uma produção aproximada de mil artigos por milhão de habitantes (BOLAN; MOTTA, 2007, p. 209). Enquete realizada por Carvalho (2017, p. 95) conclui que não houve correlação entre carga horária total e produção científica entre os docentes do ensino superior; esperava-se confirmar que maior carga horária corresponderia também a maior número de produção. Essa

---

<sup>7</sup> Dados disponíveis em <[www.mct.gov.br/upd\\_blob/0229/22996.xls](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0229/22996.xls)> Acesso em 14.jun.2017.

constatação de correlação negativa pode ser explicada por algumas razões: no Brasil a cultura da pesquisa tem pouca valorização, o que reduz a contribuição da comunidade acadêmica para pesquisas; há falta de incentivo à pesquisa, não somente ao que se relacione diretamente com o aspecto financeiro, mas principalmente com políticas, projetos e programas que promovam a pesquisa (CARVALHO, 2017, p. 103); a carga horária cumprida pelos docentes é dividida com inúmeras outras atividades e tarefas, não havendo um direcionamento específico à pesquisa, portanto, não gerando produção científica (idem, p. 95).

O Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL –busca capacitar a comunidade universitária a construir e difundir seus projetos, por meio dos valores e atitudes apreendidos na instituição, visando à transformação social a partir da conduta inclusiva. Em seu programa de responsabilidade social<sup>8</sup> destaca-se:

A Instituição considera como objetivo qualificar os serviços prestados pelo UNISAL na implementação de atividades e projetos que atendam às demandas da população, contribuindo para a formação integral e para a busca de um desenvolvimento sustentável, do ponto de vista pessoal e social por meio da conscientização institucional, contando com o efetivo envolvimento dos seus gestores, docentes, discentes e técnico-administrativos. Para isso, trabalha os significados e valores do seu Compromisso Social, sob o vértice do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, consolidando-os perante o alunado e a comunidade externa, mediante cursos e atividades que gerem o necessário engajamento. E também: proporciona o desenvolvimento de pesquisas e projetos de Extensão que adotem os princípios da Responsabilidade Social, contemplando temas como: a ética na pesquisa, a preservação do meio ambiente, a manutenção do patrimônio cultural e artístico (levando-se em conta a inserção regional) e propostas de inclusão social. Propõe e incentiva o desenvolvimento de Programas de Estágios supervisionados curriculares e/ou extracurriculares aos alunos dos cursos oferecidos pelo UNISAL, cujos objetivos estejam vinculados, direta ou indiretamente, à área de Responsabilidade Social. Busca parceiros e colaboradores para apoio aos Projetos e às Ações de Responsabilidade Social, alinhados à Missão e aos Valores Institucionais. Um exemplo disso é a parceria que o UNISAL mantém com a Rede Salesiana de Ação Social (RESAS), que vem empreendendo esforços no sentido de oferecer soluções às inúmeras demandas sociais da juventude das camadas mais empobrecidas da população(...)Frequentemente, são planejados e oferecidos às comunidades, interna e externa, cursos, projetos, ações comunitárias e eventos que apresentam temas relevantes, como Responsabilidade Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade, visando consolidar a qualidade dos serviços prestados aos representantes das comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social.

No UNISAL tem-se mostrado evidente o crescimento da motivação da comunidade universitária em conhecer a realidade local das comunidades do entorno de suas

---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://unisal.br/institucional/compromisso-social/#sthash.jvgS88x1.dpuf>> Acesso em 14.jun.2017.

Unidades, com o propósito de ouvir e criar condições de melhoria da qualidade de vida desses grupos, por meio da promoção de diversas atividades extensionistas.

Claramente estão definidas as ações e objetivos que caracterizam o Centro como Instituição de Ensino Superior comprometido com a responsabilidade social em todos os segmentos educacionais, não apenas no desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, mas principalmente em sua relação com a sociedade do seu entorno mantendo a qualidade do fluxo de comunicação entre todos os envolvidos, contribuindo para a construção de uma democracia mais participativa, mais justa e mais igualitária.

#### **4. O envelhecimento da sociedade e a universalização do direito do idoso**

Em todos os países a população está envelhecendo, e o Brasil também se insere nesta situação. No censo demográfico de 2010 as pessoas idosas representavam 12,1% do total da população; em números absolutos corresponde a 18 milhões de pessoas. A estimativa (por amostragem) para 2015 aumenta para 14,3%<sup>9</sup>; já as novas projeções feitas em 2015 pela Organização das Nações Unidas<sup>10</sup>, indicam que para 2050 o Brasil poderá contar com até 30% de idosos, ultrapassando os 35% em 2070 (BRASIL, 2016). A esperança de vida de um idoso aos 60 anos em 2011 que era de 17,5 anos, em 2015 elevou-se para 22,1 anos de vida. Isto significa que se o idoso hoje possui 60 anos, tem a probabilidade de viver até os 82 anos.

Porém, apenas a longevidade não é interessante. Viver mais é sempre o desejo de todas as pessoas, porém, necessário que se melhorem as condições para que a vivência represente maior satisfação à elas. Apesar de figurarem como sujeitos de direitos na Constituição Federal de 1988 (art.203, 229, 230), os idosos ainda sofrem com a exclusão social, muitas vezes vítimas de maus tratos, de crimes, de violências e preconceitos, poucos recursos financeiros e precariedade do sistema de saúde.

O Estatuto do Idoso - Lei 10.741/03, marco legal para a consciência idosa do país, exige a proteção e o cumprimento dos direitos reconhecidos aos idosos. Nessa lei além de reconhecer o envelhecimento como direito social, também garante o direito a uma ocupação,

---

<sup>9</sup> Dados obtidos no site do IBGE: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)> Acesso em 2 maio 2017.

<sup>10</sup> Em 2015, a ONU - Organização das Nações Unidas fez uma nova estimativa da população mundial, incluindo as taxas de envelhecimento, alertando principalmente a América Latina de que o crescimento do número de idosos está mais acelerado do que se pensava. O relatório completo *World Population Prospects: 2015 Revision*, está disponível em <[www.un.org/en/development/desa/population/2015-report.html](http://www.un.org/en/development/desa/population/2015-report.html)> Acesso em 2 maio 2017.

ao convívio com as demais gerações, à educação para capacitação e reciclagem, à participação na condição de cidadão (SOUSA, 2016, p. 63)

O envelhecimento e a proteção ao idoso tiveram avanços legislativos importantes, obtiveram grandes conquistas nas políticas públicas e o reconhecimento de sua dignidade, garantindo-lhes todos os direitos fundamentais. Embora se tenha a percepção da redução das desigualdades sociais e da discriminação em relação ao idoso, ainda são visíveis situações que põem em risco sua cidadania. A realidade do mundo moderno, sob as premissas do direitos humanos, fundamentado nos princípios de solidariedade é caracterizada como meio extremamente complexo, onde convivem diferentes etnias, culturas, agrupamentos, organizações, contextos sociais, e as relações que nela ocorrem nem sempre são pacíficas.

Identificar a sociedade atual não é tarefa fácil. Diversos aspectos estão relacionados oriundos principalmente do fenômeno da globalização. Do ponto de vista tecnológico sofisticados equipamentos reduzem distâncias provocando mudanças significativas nas comunicações com a utilização de satélites, da digitalidade, da informática e do imediatismo que alteram o processo midiático na produção, recepção e percepção das mensagens. Tudo isso ocasiona inflexões específicas nas culturas locais que tendem a se adaptar a essa nova era: modificam-se o modo de organização econômica, política, administrativa, gerencial e até mesmo o social, influenciando, por exemplo, as migrações de massas populacionais, as quais, por sua vez refletem no impacto ambiental, no aparecimento de novos estilos de vida criando hibridismo intercultural. Essa diversidade gera uma multiplicidade de opiniões, aspirações, comportamentos, ações, estimulando o surgimento de complexos e diferentes condições para os indivíduos buscarem livremente seus interesses. Dessas relações podem emergir o aumento da violência e de desigualdades sociais que desafiam os sentidos e responsabilidades das pessoas na elaboração de novas habilidades para lidar com toda essa transformação.

À medida que o contexto histórico, social, político, econômico e cultural se modificam, também sofrem alterações os padrões de relacionamentos, propiciando o surgimento de novos direitos, novos papéis, novas atividades, novas tecnologias, os quais requerem tratamentos diferenciados. Essa evolução da sociedade exige competentes garantias, pois é sabido que os direitos nascem para regular as relações sociais, e estas, na sociedade complexa se expandem conformando originais dimensões e diferentes conteúdos.

A complexidade da vida moderna intensificam os problemas sociais já existentes, dificultando ainda mais a universalização dos direitos. É imprescindível assegurar os direitos igualitários, proteger os grupos mais vulneráveis contra quaisquer ofensas à sua dignidade e combater atitudes discriminatórias e segregatórias. É essencial valorizar a pessoa humana, considerá-la como sujeito em suas múltiplas dimensões e permitir que todos tenham garantidos os seus direitos fundamentais e humanos. No estágio social de hoje, caracterizado pela diversidade e complexidade, o direito, é, muitas vezes ameaçado seja por questões políticas, sociais ou culturais. Nesse sentido, a universalização do direito é uma necessidade premente, de modo a conferir a real importância dos bens jurídicos protegidos legalmente, gerando o respeito e o reconhecimento de que todos os seres humanos são portadores de dignidade e sujeitos de direito. Em relação ao idoso, apesar do avanço legislativo, a efetividade de seus direitos ainda não está totalmente implementada. O direito só existe se houver a concretização de sua realização. E nessa tarefa, todos são chamados: família, sociedade, Estado, organizações e mais especificamente a instituição educacional. Uma abordagem integrada que permita o acesso a melhores condições e qualidade de vida dos idosos pode ser moldada pela educação. A educação, quando orientada para o desenvolvimento da liberdade e da flexibilidade é capaz de facilitar a adoção de mudanças mentais, comportamentais e ampliar os conhecimentos.

A aprendizagem é uma atividade contínua, pois não se aprende apenas na escola, mas em todas as instâncias, ocasiões e de diversas maneiras. Saber adotar diferentes estratégias na vida social, saber lidar com as situações cambiantes demonstrando capacidade para as respectivas readaptações, é essencial para a realidade de hoje. Afonso (2015, p. 23) afirma que a integração e a inclusão, quando se referem ao mundo dos idosos, são vocábulos que remetem à educação, embora não necessariamente, já que integrar-se significa incorporar-se num espaço social, estabelecer relacionamentos e identificar-se com o grupo; já a inclusão tem como propósito reconhecer o seu lugar na sociedade (AFONSO, 2015, p. 25). Num mundo dominado pela produção digital, certamente os idosos não estão familiarizados com essa nova tecnologia, podendo apresentar alguma dificuldade no domínio. No caminho educacional com os idosos muito tem sido feito, especialmente a ampla disseminação da Universidade para a Terceira Idade. Porém, adverte Doll (2014, p. 7-9) a educação vai além da institucionalização, o campo educacional com os idosos não fica restrito a esse modelo, havendo também uma série de atividades nos mais diferentes níveis.

## 5. O compromisso social da Universidade e os idosos

As atividades de extensão universitária são instrumentos importantes para a consecução do compromisso social da instituição. Consciente do seu papel social, o UNISAL tem contribuído para o desenvolvimento pessoal e social dos idosos através da prática de diversos programas e projetos educativos, dentre os quais, citam-se a elaboração e a distribuição de cartilhas de direitos humanos dos idosos, a ampliação dos cursos na Universidade Aberta à Terceira Idade, cursos temáticos esclarecedores sobre direito dos idosos, ações comunitárias e eventos em parceria com outras instituições. Essas atividades têm, por um lado o objetivo de fortalecer a presença da instituição educacional inserida na sociedade, e de outro, principalmente, atuar em prol do desenvolvimento social, reduzir as desigualdades sociais e implementar uma cultura de paz na diversidade social. Nesse entendimento, o compromisso social do UNISAL não se limita a atuação com os idosos, mas estende-se também ao domínio da juventude, das pessoas com deficiência e demais grupos excluídos. No que se relaciona especificamente com o grupo de idosos, sua atuação permite utilizar estratégias socioeducativas no âmbito inter, trans, e multidisciplinaridade, contribuindo para aumentar os contatos e relações sociais, despertar sua capacidade de compartilhar experiências, de conviver com outras pessoas, saber escutar e respeitar o outro, fortalecer a competência comunicativa para melhorar o bem-estar.

As atividades dirigidas aos idosos são multicontextualizadas: algumas podem visar efetivamente a promoção da educação, por exemplo, na discussão temática esclarecedora sobre direito dos idosos. Muitas vezes, os próprios idosos desconhecem totalmente seus direitos; outras vezes, não têm compreensão quanto ao alcance de dispositivos legais, necessitando conhecimentos adicionais para poder exercer os direitos ali explicitados. Assim, as aulas ministradas atingem o propósito de promover novas aprendizagens e também auxiliá-los a exercer efetivamente seus direitos. A escolha dos temas, diuturnamente, surge do interesse e necessidade do próprio idoso. Essas sugestões indicam quão motivados estão os idosos na aquisição de conhecimentos. Outras atividades visam incentivar a participação social dos idosos. Sabe-se que com o envelhecimento várias perdas são sentidas: a família se reduz quando os filhos adquirem a independência e deixam o lar materno/paterno; os amigos se tornam escassos ante a cessação do trabalho; há redução do círculo social pela ocorrência de morte; maior privação econômica pela aposentadoria; significativa redução física e

sensorial. Essas situações, entre outros eventos negativos, reduzem a rede de relacionamento pessoal, requerendo dos idosos habilidades e adequada gestão para lidar com tais riscos e manterem-se integrados à comunidade, contribuindo para sua satisfação e bem-estar. As atividades cooperativas e solidárias fortalecem a aproximação de grupos, pois permitem dinâmicas de ajuda, interação e contribuição mútua melhorando a satisfação dos idosos que se sentem mais valorizados para o estabelecimento da coesão grupal. A vertente da apreensão do conhecimento é outro fator importante nas transformações do idoso. As pessoas idosas formam grupos que ainda estão ávidas pelo saber, pois a maioria, ainda que possua algumas doenças crônicas como hipertensão arterial e altos níveis de colesterol, são independentes e autônomos no seu agir, não necessitando de terceiros para gerir o seu dia-a-dia. Os idosos que procuram as universidades são pessoas interessadas na aquisição de novos conhecimentos, não apenas como forma de preencher o ócio, mas de aprender coisa nova, de ter contato com novas ferramentas, principalmente aquelas advindas da modernidade tecnológica. Um dos recentes projetos do UNISAL visando os idosos é justamente a inclusão digital, isto é, proporcionar aos idosos a compreensão, o manuseio do recurso virtual e os benefícios que a utilização desse instrumental pode trazer à sua vida, tornando sua comunicação mais rápida e prazerosa. Nesse processo os idosos adquirem capacidade para compreender melhor as transformações sociais podendo influenciar, não apenas no relacionamento intergeracional, mas também na vida da comunidade, obtendo melhor qualidade de vida.

Conscientes de seu propósito pessoal e social, os idosos mais esclarecidos tendem a engajar-se em programas e atividades desenvolvidos, exercem o seu direito à participação social e põem em prática o exercício da cidadania. Na visão de Leandro (2014, p. 64) as relações sociais na velhice permitem interação entre o "viver e o saber", pois promovem aquisição de habilidades as quais aperfeiçoam sua capacidade de compreender melhor a si mesmo e o que ocorre ao seu redor. Interessante salientar também que ações levadas a efeito, em nome da responsabilidade social da universidade, implicam também em processos de transformação de natureza valorativa: ao desenvolver as atividades, os docentes aprendem na prática o valor da solidariedade e a satisfação do cumprimento do seu mister - orientação para a vida. Significativa valoração pode ocorrer também com os idosos: o fato de receberem a atenção especial e de serem respeitados em sua dignidade, credita-os a uma visibilidade que não lhes era reconhecida. Tendo maior visibilidade, o idoso sai das sombras do esquecimento e assume sua posição de protagonista, capaz de dar uma direção significativa à sua vida por

seus próprios meios. Os idosos constituem assim, indivíduos que estão cientes da construção da cidadania como sujeito digno de direito, portadores de percepção de suas próprias necessidades, mas também às da comunidade a que pertencem. Alcançar essa etapa depende da educação entendida em seu mais amplo sentido, especialmente quando se insere nessa seara o aspecto da relevância social como uma de suas responsabilidades.

## 6. Conclusões

São considerados objetivos da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Na atual sociedade complexa, os objetivos são os mesmos, mas o que muda é a sua interpretação.

O ensino passa a preocupar-se mais com a pessoa do aluno e não tanto com a transferência de saber. Através de diferentes estratégias, o docente auxilia o discente a buscar seu próprio conhecimento, fortalecendo-lhe a capacidade de reflexão crítica, desenvolvendo as habilidades necessárias para não apenas ampliar os conhecimentos, mas também saber aplicá-los e promover a transformação social.

A pesquisa, por seu turno, ainda é um setor bastante tímido, embora sua produção tenha aumentado nos últimos anos. É necessário intensificar os incentivos, aumentar projetos e propostas visando a construção do conhecimento e valorizar a pesquisa, já que a docência é movida e transformada pelo exercício da pesquisa. Produzir e difundir o conhecimento são importantes fatores para o desenvolvimento do país, além de projetar a instituição à cooperação internacional.

No que respeita à extensão universitária, é o braço por excelência para a prática do aprendizado dos alunos. Mas é também a porta de acesso à sociedade, através da qual a participação mútua das realidades - escola e comunidade - tem o papel fundamental de fortalecer a sociedade, garantir a democracia, reduzir a desigualdade social.

As Universidades estão conscientes de sua responsabilidade social. Assumir esse papel de forma ética e transparente é um dos assuntos de maior relevância. Nessa ótica as Universidades não são instituições independentes senão participante da sociedade, que se mobiliza, fomenta discussão, utiliza tecnologias, cria ambiente propício à produção do conhecimento priorizando a superação de obstáculos no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e humanitária.



As Universidades socialmente responsáveis buscam impulsionar melhorias no desempenho. Para isso contam com estratégias de inovação organizacional, adotam novas modalidades pedagógicas de ensino e assumem uma gestão social que tenha por finalidade a construção da cidadania com o fortalecimento dos sujeitos de direito capazes de tomar decisões fundamentadas em benefício próprio e dos demais.

## Referências

AFONSO, Cláudia Vanessa Carreiro. **A integração do idoso na sociedade - o papel das redes sociais**. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação, Universidade de Bragança, dez/2015. Disponível em <[www.bibliotecadigital.ipb.pt](http://www.bibliotecadigital.ipb.pt)> Acesso em 28 junho 2017.

ANDRÉS, Joan Mateo. Los nuevos retos de la educación superior. **Revista Fuentes** n. 2, p. 1-24, Universidad de Sevilla, 2001. Disponível em <<http://ojs.publius.us.es/ojs/indez.php>> Acesso em 14.junho.2017.

BERTOLIN, Julio C.G. Qualidade em educação superior: da diversidade de concepção a inexorável subjetividade conceitual. **Avaliação - Revista de Avaliação da Educação Superior**, v. 14, n. 1, p. 127-149, março/2009. Disponível em <[www.redalyc.org/articulo](http://www.redalyc.org/articulo)> Acesso em 14 junho 2017.

BOLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira. Responsabilidade social no ensino superior. **Revista de Educação**, v. 10, n. 10, 2007. Disponível em <[www.pgsskroton.com.br/seer/index](http://www.pgsskroton.com.br/seer/index)> Acesso em 14.junho.2017.

BRASIL. **Síntese dos Indicadores Sociais** - uma análise das condições de vida da população brasileira, nº 36, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)> Acesso em 2 maio 2017.

CARVALHO, Alexey. **Produção acadêmica docente na educação superior: exigência, necessidade e critério de qualidade**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de Sorocaba, 2017. Disponível em <[http://educacao.uniso.br/producao\\_discente\\_teses](http://educacao.uniso.br/producao_discente_teses)> Acesso em 14 junho 2017.

COLOSSI, Nelson; CONSENTINO, Aldo; QUEIROZ, Ety Guerra de. Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista FAE**, v. 4, n. 1, p. 49-58, Curitiba, jan-abr/2011. Disponível em <[www.revista.fae.fae.edu/revistafae/article](http://www.revista.fae.fae.edu/revistafae/article)> Acesso em 14.junho.2017.

DE SORDI, Maria Regina Lemes. A responsabilidade social como valor agregado do projeto poóitico pedagógico nos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. In: Responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior, **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, ano 23, n. 34, Brasília: ABMES, 2005, p. 29-39.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**, v. 18, n. 1, p. 107-126, Campinas, Sorocaba, mar/2013. Disponível em <[www.sumission.scielo.br/index.php](http://www.sumission.scielo.br/index.php)> Acesso em 14.junho.2017.

DOMINGUEZ-PACHÓN, Maria José. Responsabilidad social universitaria. **Humanismo y Trabajo Social**, v. 8, p. 37-67, Universidad de León, España, 2009. Disponível em <[www.redalyc.org](http://www.redalyc.org)> Acesso em 14 junho 2017.

DOLL, Johannes. Educação e envelhecimento: desafios no mundo contemporâneo. In: **Envelhecimento ativo e educação**. ANICA, Aurizia; FRAGOSO, Antonio; RIBEIRO, Carlos; SOUSA, Carolina de (Coords). Universidade de Algarve, e-book, p.7-17, Portugal, dez/2014. Disponível em <[www.sapientia.ualg.pt](http://www.sapientia.ualg.pt)> Acesso em 28 junho 2017.

GASCA-PLIEGO, Eduardo; OLVERA-GARCÍA, Julio César. Construir ciudadanía desde las universidades: responsabilidad social universitaria y desafíos ante el siglo XXI. **Convergencia - Revista de Ciencias Sociales**, n. 56, p. 37-58, Universidad Autonoma del Estado del Mexico, ago/2011. Disponível em <[www.scielo.org.mx](http://www.scielo.org.mx)> Acesso em 14 junho 2017.

ILLANES, Celia Cecilia Contreras. **Responsabilidad social universitaria: un enfoque a la relación de la universidad con la sociedad desde la perspectiva de las partes interesadas: un estudio de caso**. Dissertação de Mestrado, Centro Psicopedagógico y de Investigación em Educación Superior, Bolivia, 2017. Disponível em <[www.repositorio.umsa.bo/bitstream/handle/123456789/10486/JN220.pdf](http://www.repositorio.umsa.bo/bitstream/handle/123456789/10486/JN220.pdf)> Acesso em 14 junho. 2017.

LEANDRO, Daniela Indago. **A (re)capacitação social como instrumento para um envelhecimento bem sucedido**. Tese de Doutorado, Universidade de Évora, Portugal, 2014. Disponível em <[www.rdp.uevora.pt](http://www.rdp.uevora.pt)> Acesso em 16 julho 2015.

MACEDO, Arthur Roquete. O papel da Universidade. In: Responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior, **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, ano 23, n. 34, Brasília: ABMES, 2005, p. 7-12.

MOROSINI, Marilia Costa. A qualidade da educação superior e contextos emergentes. **Avaliação**, v. 19, n. 2, p. 385-405, Campinas, Sorocaba, jul/2014. Disponível em <[www.sumission.scielo.br/index.php](http://www.sumission.scielo.br/index.php)> Acesso em 14.junho.2017.

PIMENTA, Carla Liege Rodrigues. **Estratégia institucionais em tempo de globalização e qualidade social no ensino superior**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade do Porto, Portugal, 2016. Disponível em <[www.repositorio.aberto.up.pt/bitstream](http://www.repositorio.aberto.up.pt/bitstream)> Acesso em 14 junho 2017.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Marcos legais e a educação superior no século XXI. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991029>> Acesso em 14 junho 2017.

SÃO PAULO. **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo, 2010**, v. 1, São Paulo: FAFESP, 2011.

SOUSA, Ana Maria Viola de. **Direito ao Envelhecimento**, Lisboa: Chiado Editora, 2016.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior**. As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Comunicado de 8 de julho de 2009. Disponível em <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)> Acesso em 14.junho. 2017.

